

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DIANTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS

SPECIAL EDUCATION: A LOOK AT TEACHER TRAINING BEFORE THE INCLUSIVE EDUCATION OF DEAF STUDENTS

Luzienne Silva Barros Lima ¹

Francisco José Lopes Cajado ²

RESUMO

Formar profissionais capacitados para lidar com crianças portadoras de deficiência auditiva é um desafio para os governos e uma necessidade da escola para que seja fornecida uma educação eficaz. Este estudo, buscou averiguar as ações de professores de escolas públicas de Parnaíba, no Piauí, em seus procedimentos metodológicos, para atender as necessidades educacionais dos alunos surdos. A capacitação de professores para trabalhar com alunos surdos é de suma importância para a qualidade da educação do discente e pode ser realizada a partir da formação dos profissionais no ensino em geral. Desta forma, a pesquisa verificou as práticas docentes na educação inclusiva de alunos surdos e procurou identificar os processos de formação acadêmica dos docentes direcionados a educação dos alunos surdos e descrever as metodologias trabalhadas pelos educandos nos processos de educacionais da escola. Desta maneira, o trabalho partiu de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa com a utilização de um questionário semiestruturado. Para a obtenção dos resultados, foram analisados os dados utilizando a ferramenta digital *Google Forms*. Foi percebido através da análise dos resultados, que nem todos os professores questionados possuíam alunos surdos em sala de aula. Ficou demonstrado que alguns alunos não possuíam formação adequada à sua deficiência e que se fazem necessárias fiscalizações anuais em instituições escolares e existe a necessidade de formações e abordagens adequadas e ainda fornecer um ensino em conformidade as necessidades de cada aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Formação. Surdos. Docentes.

ABSTRACT

Training professionals capable of dealing with children with hearing impairment is a challenge for governments and a need for schools to provide an effective education. This study sought to investigate the actions of teachers from public schools in Parnaíba, Piauí, in their methodological procedures, to meet the educational needs of deaf students. The training of teachers to work with deaf students is of paramount importance for the quality of student education and can be carried out from the training of professionals in teaching in general. In this way, the research verified the teaching practices in the inclusive education of deaf students and sought to identify the processes of academic training of teachers aimed at the education of deaf students and describe the methodologies used by students in the school's educational processes. In this way, the work started from a field research, with a qualitative approach using a semi-structured questionnaire. To obtain the results, the data were analyzed using the Google Forms digital tool. It was noticed through the analysis of the results, that not all the teachers questioned had deaf students in the classroom. It was demonstrated that some students did not have adequate training for their disability and that annual inspections are necessary in school institutions and there is a need for adequate training and approaches and also to provide education in accordance with the needs of each student.

KEYWORDS: Inclusive Education. Training. Deaf. Teachers.

¹ Graduada em Pedagogia. Especialista em Educação Global Inteligência Humana e Construção da Cidadania. Mestra em Educação pela Absolute Christian University. **E-mail:** luziennebarros@gmail.com

² Doutor em Biotecnologia. Mestre em Engenharia de Pesca; Especialista em Análises Clínicas; Graduado em Biologia (Licenciatura); Graduado em Ciências Biológicas (Bacharelado); Professor da Faculdade Metropolitana de Horizonte e colaborador da Absolute Christian University. **E-mail:** lopesbio@yahoo.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7366500861439534

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS), estima que um quarto da população global, ou o equivalente a cerca de 2,5 bilhões de pessoas, terá algum grau de perda auditiva em 2050 (OMS, 2021).

Receber uma criança surda, a escola necessita de infraestrutura, conhecimento em Libras e capacitação dos professores e funcionários.

Desta forma, a Resolução CNE/Nº 2/2015, que fornece vários elementos que precisam estar presentes nos currículos para formação docente como: história da educação, políticas públicas, gestão educacional, direitos humanos, diversidade étnico-racial e Língua Brasileira de Sinais (Libras) (BRASIL, 2015, p.11).

A sociedade contemporânea vive um momento de significativas mudanças, onde se faz necessário a inclusão. A legislação é apenas um dos fatores que pertinente à Educação Especial tenha êxito (PEREIRA E MENDES, 2018).

É pertinente investigar os problemas que levam os professores que não estão preparados para trabalhar com alunos surdos e levar soluções para os mesmos despertem o interesse de capacitação profissional. Do mesmo modo, espera-se do poder público, que promova cursos de capacitação e fiscalizações nas escolas.

Portanto, o trabalho objetiva verificar se os professores da rede de ensino de Parnaíba, Piauí, usam práticas adequadas para atender as necessidades educacionais dos alunos surdos.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste estudo, foi verificada as práticas de educação inclusiva de alunos surdos em doze escolas da cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e foi fundamentada conforme Camargo e Ávila (2019); Giroto (2016); Yosshida (2018). Neste estudo foi aplicado um

questionário semiestruturado a professores das escolas envolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: TITULAÇÃO DOS PROFESSORES

Com relação ao nível de escolaridade dos professores, foi observado que a maior parte dos entrevistados possui algum tipo de especialização, o que corresponde a 72,7%. Os demais pesquisados 27,3%, não possuem titulação extra. Quanto a formação de mestres e doutores não foram descritas para os entrevistados.

A LDB menciona os profissionais da educação escolar, todos aqueles docentes que lecionam na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior. Uma das inovações introduzidas pela Lei 9.394/96 foi o tratamento dado aos docentes e especialistas da educação básica. A LDB é a principal referência do profissional e especialista de ensino (BRASIL, 1996).

O TEMPO DE SERVIÇO E VÍNCULO FUNCIONAL

O tempo de serviço é período que o professor leciona, onde normalmente, aprimora a qualidade de seu magistério. Este intervalo deve ser reconhecido pelas instituições que possuem planos de cargos e carreiras.

Os professores pesquisados possuem um tempo de serviço que variam entre dois a vinte anos. Assim, 18,2% dos pesquisados, correspondente a dois docentes entrevistados, lecionam há 20 anos. Os outros entrevistados, 9,1%, possuíam tempos que variavam entre 4, 7, 8, 10, 13, 19 e 24 anos de tempo de serviço.

Fortalecendo essa ideia, nas concepções dos autores Pacheco et al (2012), conceituam a teoria, como o mecanismo que possibilita o conhecimento do

docente de se tornar mais forte através de suas atitudes.

O vínculo dos professores com as escolas, depende de concursos e testes, exceto para os estagiários, pois o estágio é um dos requisitos obrigatórios exigidos para conclusão dos cursos de licenciatura.

Maia (2019) explica que os concursos públicos servem para cumprir as regras que constam na Constituição Federal e nas Leis brasileiras. Os “Entes Públicos” realizam os concursos públicos conforme as necessidades dos governos, com o objetivo de cumprir as demandas por profissionais qualificados e em áreas específicas dos cargos

O vínculo funcional dos pesquisados, cerca de 63,6%, são efetivos e os demais 36,4% se encontram na situação de professores temporários.

É necessário ressaltar também a importância da estabilidade do emprego do professor, uma vez que segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o vínculo empregatício é a relação de natureza não eventual, prestada por empregado pessoa física, sob a dependência de um empregador e mediante salário (BRASIL,1943).

Assim, foi observado que dois professores possuíam um tempo de trabalho de cinco anos dedicados a alunos surdos. Outros dois docentes possuíam oito anos de trabalho. Um professor lecionava à 14 anos, outro com prática de 1 ano, mais dois professores com vivência de 2 anos, mais um docente com 6 anos e outro com 7 anos de experiência. Apenas um professor, tinha 6 meses de trabalho com pessoas surdas.

Sobre a atuação dos professores para alunos surdos, Lima (2021), destaca que os docentes precisam trabalhar com seriedade e estar adaptados as mudanças que podem ocorrer.

Foi percebido, os 11 professores pesquisados, 100%, foram unânimes, com relação à pergunta sobre qual idade que o entrevistado acredita ser iniciado o

ensino de libras nas escolas. Os entrevistados, concordaram que o ensino da língua de sinais deve ser iniciado nas escolas a partir dos 4 a 6 anos de idade. Consolidando com este pensamento, Medeiros (2021), diz que o professor a utilizar a libras, terá a oportunidade de produzir seus próprios materiais de apoio para auxiliar nas aulas com os alunos surdos.

Conceição et al (2021), asseguram que as propostas a favor da inclusão nas escolas estão ainda lentas, sendo recebida com mais seriedade e respeito. A educação dos alunos surdos, dependem de fatores como o professor e instituições escolares.

Um consenso foi evidenciado diante das respostas dos professores, sobre o porquê do ensino de libras ser iniciado para alunos de 4 aos 6 anos de idade.

Concordando com as opiniões dos professores pesquisados, Silva et al (2020), relatam que o ensino de Libras na educação infantil permite incluir as pessoas surdas em uma sociedade composto na maior parte, por sujeitos sem problemas auditivos, os surdos têm seu valor, pois a diferença entre os mesmos e os ouvintes, é a maneira como eles se comunicam, elemento fundamental para qualquer pessoa.

Na pesquisa ficou evidenciado que 100% dos pesquisados concordaram quanto ao ensino de libras está voltado para todos os alunos da escola. Entretanto, mesmo que nem todos os profissionais da escola possuam curso de libras e a dominem esta linguagem, ainda assim, é ressaltado que a língua deveria ser de sabedoria do público em geral.

Agregando a esse pensamento, Vasconcelos (2020) diz que, uma sociedade é formada por diferentes públicos e todos são beneficiados. Assim, a proposta da Educação Inclusiva é proporcionar aos estudantes com necessidades educacionais especiais, se sentirem integrantes de igual valor no corpo discente das instituições.

Foi verificado também, uma divergência quanto ao processo de inclusão nas escolas quando os

professores foram questionados se trabalhavam em uma escola inclusiva. Para 63,6% afirmaram que sim, 9,1% disseram que não e 27,3% não souberam afirmar com certeza.

Ferreira (2018), diz que a escola inclusiva tem que ser um modelo único, deve estar pronta para receber os alunos com ou sem deficiências, seus profissionais precisam permanecer capacitados para atender várias deficiências, pois são questões reais.

Quando indagados sobre as dificuldades encontradas com relação a interação entre alunos surdos e ouvintes, os entrevistados concordaram que a primeira dificuldade de interação entre docente e aluno ouvinte e alunos surdos, é, sem dúvida, a comunicação. Outra dificuldade amplamente citada foi a falta de conhecimento da Língua de sinais. Deste modo, Rosa et al (2017), ressaltam que a necessidade de preparo acadêmico por parte dos professores é de fundamental importância e, portanto, as instituições irão fazer parte deste processo.

Os professores ao relatarem suas dificuldades de comunicação entre alunos surdos e ouvinte, ficou demonstrado que é corriqueiro a falta de formação e recursos pela maioria dos docentes para desenvolver as atividades com o público não ouvinte. Concernente com esse pensamento, Lima (2019), que afirma que a falta de recursos e a indisponibilidade de alguns professores a se capacitarem às vezes acabam por prejudicar a boa qualidade de aprendizagem, principalmente no que diz respeito às provas e atividades em classe.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA ESCOLA

Atualmente, no âmbito escolar, parte dos docentes, por não estarem capacitados para atender as especificidades dos alunos surdos, passam a ignorar seus docentes surdos. Entretanto, algumas escolas possuem um intérprete de Libras para intermediar esta relação

entre o professor e o aluno, onde, o mesmo, auxilia também o educando na realização das tarefas bem como na sua comunicação com os demais alunos da escola. Porém, o docente também necessita um aprendizado básico da língua de sinais para assim, não permitir que a responsabilidade do ensino fique integralmente para o intérprete.

O intérprete se faz presente na turma com a função de interpretar o que está sendo explicado em sala de aula, mas infelizmente essa função é também confundida pelos professores e alunos ouvintes, como um mero ajudante de sala e não como o mediador entre a relação do professor com o aluno e sua inclusão (VICENTE, 2021).

Sobre as respostas colhidas referentes as dificuldades existentes na inclusão de alunos surdos nas escolas, todos os professores entrevistados qualificaram como importante ao estudo da língua brasileira de sinais na escola, pois os mesmos, enfatizaram que a Libras é primordial para a comunicação entre todos os entes da escola. Explicaram também ser uma forma de possibilitar o conhecimento sobre inclusão, já que a Libras é a língua oficial dos surdos e com o ensino dela na escola os usuários passariam a ter o direito as informações como qualquer outro indivíduo, fazendo valer assim, seu direito como cidadão.

Para Mendonça et al (2018), a inclusão da Libras, no ensino regular é importante para que o aluno surdo possa progredir completamente e de forma positiva e que todos devem ser envolvidos nesse processo, principalmente o corpo docente e os alunos ouvintes, onde deve existir um engajamento de todos em reconhecer a Libras como língua e utilizá-la. Este fato permite a criação de um ambiente acolhedor, um espaço que dá voz a todos.

Desta maneira, por mais que a educação dos surdos seja garantida por Lei, é notório que ainda hoje existe exclusão por parte de algumas escolas, sujeitos,

e da sociedade em geral, demonstrando uma falta de conhecimento e respeito com o público especial.

PRÁTICAS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS DIANTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS

Mediante as respostas dos professores pesquisados, foi percebido que alguns desenvolveram seu trabalho utilizando recursos apropriados para a atividade com alunos surdos, tais como: recursos visuais, números em libras, jogos e alfabeto em libras.

Atualmente é de conhecimento público a obrigatoriedade do ensino da Libras nas escolas, porém não é isso que acontece, pois na prática, os professores, preferem ministrar seus conteúdos da maneira que mais lhes convém, nas quais já estão acostumados, desperdiçando a oportunidade dos alunos surdos de conhecer sua própria língua nas instituições escolares (RENDERS; OLIVEIRA, 2020, p. 6).

Em relatos dos entrevistados, P1 afirma lecionar em sala de aula e ministrar cursos de Libras e palestras aos familiares de surdos que se dispõem em conhecer a língua. O P10 teve a iniciativa de orientar as famílias dos alunos surdos, não somente na prática, mas com materiais teóricos para os pais acessarem conteúdos sobre a língua de sinais.

Contudo, há uma frustração por parte de um dos professores, (P10) em relatar a falta de interesse de alguns de seus colegas em não querer aprender a língua de sinais e em aperfeiçoar suas práticas.

Santos (2020), afirma que, as relações e o diálogo, acontece de verdade, quando os ambientes e todos os presentes neles, se comunicam utilizando a língua de sinais, não só apenas durante o ensino da mesma, como se vê nas práticas.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O TRABALHO COM ALUNOS SURDOS

A formação de professores, fornecem mecanismos de aprendizagens, a respeito de determinados assuntos que os educadores precisam conhecer e desenvolver no seu ofício em sala de aula e com demais discentes, especiais ou não. Estas formações apresentam novas abordagens pedagógicas, metodologias e recursos para cada tipo de aluno, com o intuito e sobretudo de diminuir as dificuldades de aprendizagens e aumentar o sucesso escolar, em instituições escolares, públicas e privadas.

Foi identificado, nesta categoria, que apenas dois dos professores tem pouco conhecimento na área. O professor (P4), o único contato que teve com a Libras, foi em uma disciplina na graduação. O (P7) afirma não ter formação, e que procura se qualificar por conta própria.

Os demais docentes afirmaram possuir uma formação bastante significativa, um dos destaques é o (P9), contendo quase todos os cursos ofertados na área de Libras, o que demonstra total preparo para desempenhar sua função como educador de surdos.

Vieira et al (2018, p.12) sustenta que, os professores devem buscar por formações, pois são através delas que conseguirão fornecer melhores assistências perante aos alunos que possui alguns tipos de deficiências.

METODOLOGIAS UTILIZADAS PARA O TRABALHO COM OS SURDOS

Quanto as metodologias praticadas pelo professor, grande parte dos entrevistados afirmaram fazer uso de metodologias adequadas para trabalhar com os alunos surdos. Tais como, jogos em Libras, imagens visuais no computador e impressas, materiais concretos, contagem e alfabetos em Libras, brinquedos, cartazes, fichas, objetos, ludicidade.

Conforme (Ferreira, 2018) o trabalho na escola precisa buscar o interesse dos alunos por outras culturas. Contudo, dois professores relataram não usar

metodologias adequadas para o ensino dos alunos surdos. O P2 reconhecendo “não saber de tudo”, porém procura sempre uma interação harmoniosa de respeito e confiança. Esta fala traz uma reflexão, pois o P2 possui uma especialização em Libras. O outro é o P5, sendo bem enfática ao dizer que, não tinha muitos recursos para tais metodologias.

Conforme aponta Souza (2021), os recursos visuais facilitam o aprendizado dos alunos surdos e podem fazer a ponte entre os conhecimentos cotidianos e científicos.

Nesta perspectiva de produção de materiais, Marquezi (2018, p. 98), assegura que confeccionar materiais novos com o uso da escrita de sinais, possibilitará a propagação da língua de Sinais na modalidade escrita.

A ELABORAÇÃO DE AULAS PARA A EDUCAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS

A elaboração das aulas é uma etapa onde os professores tem a oportunidade de organizar os conteúdos que irão ser aplicados, bem como os recursos a serem utilizados.

Rodrigues e Gonzalez (2015, p. 18) trazem um entendimento que leva a maiores aprofundamentos, quando afirmam que as estratégias devem centrar-se no “que deve ser ensinado, a quem deve ser ensinado e por qual fim promover-se-á o ensino”.

Entretanto, para Machado e Lopes (2016, p. 24) alegam que “as interações com o outro e as mediações entre os sujeitos e os signos que possibilitam o aprendizado, a socialização e a significação” são pertinentes para estarem presentes nas estratégias pedagógicas que se centram na experiência visual, proporcionando momentos de aprendizagens eficazes para os estudantes surdos.

Quanto à elaboração do conteúdo didático é possível destacar a P2 explica que elabora suas aulas para os alunos surdos pesquisando, estudando e

aprendendo sinais novos. O P5 tem ajuda de um professor intérprete na sala de aula, revelando exercer um trabalho em parceria, trocando experiências e metodologias com a finalidade de uma melhor compreensão dos conteúdos. Diferente do P1, que assume não participar das elaborações das aulas com o professor titular da turma, possuindo somente a função de repassar o conteúdo para o aluno surdo. Uso, vídeos, imagens, jogos, dicionários, atividades em geral em Libras, desenhos, aplicativos de tradução, entre outros.

Para Monteiro (2017 p. 33), o uso de modelos didáticos é importante não só pelo estímulo visual, mas também por abranger outros sentidos como tátil, que é imprescindível no ensino e aprendizagem do aluno surdo.

Já o P9, elabora as suas aulas de forma lúdica, inclusiva e de acordo com a necessidade especial do aluno. Demonstrando preocupação, cuidado e profissionalismo, pois para as crianças tem que ser apresentado a ludicidade, tendo em vista que o aprendizado ocorre melhor, quando as mesmas, aprende brincando, uma atividade da infância que pode ser introduzida em sala de aula.

Os entrevistados P10 e P11, relataram elaborar suas aulas de forma competente, pois em seus planos incluem todas as etapas que precisam ser trabalhadas nas aulas, inclusão, o planejamento, atenção, organização, resultando no cuidado, profissionalismo, compromisso e competência. Importante frisar que o P11, aproveita o conhecimento que o aluno tem.

Desta forma, de acordo com Marchesan e Carpenedo (2021, p.50), dizem que “o imaginário traz à tona que essas pessoas não são capazes simplesmente por terem uma deficiência”.

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS SURDOS

A educação inclusiva, caracteriza-se não somente para alunos surdos, mas também para o público com várias deficiências, físicas, motoras e cognitivas, as escolas que possui entre seu público, alunos especiais em salas regulares estão oportunizando o direito, ao ensino, ao mesmo tempo que cria um ambiente acolhedor para todos os tipos de pessoa.

Quanto a qualificação decente, com base nos relatos dos professores, apenas quatro dos professores pesquisados, assumem, não estarem qualificados para atuar na educação inclusiva para alunos surdos.

O P4 diz não está qualificado para o trabalho com alunos surdos e acha que as escolas é que deveriam proporcionar cursos de capacitação para professores, afirma ainda que somente a Libras sendo oferecida na graduação em uma única disciplina não é o bastante para o professor ter um trabalho excelente. Nota-se também que os demais professores que se consideram qualificados, alguns foram bem suscitam nas respostas, o caso do P6 respondeu que sim.

Há algumas falas bem pertinentes de uns professores, onde o P2 assegura está qualificado, porém, reconhece que devesse evoluir mais. O P8 este justificou não saber ao certo se estava ou não qualificado, mas que tenta dar o seu melhor e está sempre em busca de conhecimento e aprendizado. P9 afirma está qualificado e ressalta o desejo de outras pessoas estarem também. Segundo Lima (2019, p.1), a formação de professores deveria capacitar os docentes para realizar métodos de ensino que atendam às necessidades educacionais dos alunos. O P10 declara que não possui cursos e nem especializações, mais que pretende se qualificar em função da necessidade educacional de uma aluna, e dessa forma, poder ajudá-la no seu processo de aprendizagem.

O P11 reconhece está qualificado para o trabalho e que entende a importância em oferecer

uma educação de qualidade, por isso buscou estudos na área.

Para Souza (2019, p .1) as crianças surdas enfrentam dificuldades como limitações pessoais, o conhecimento parcial da língua de sinais, o preparo não adequado dos profissionais e docentes envolvidos, defasagem na infraestrutura escolar que compromete a alfabetização e o aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho mostrou que parte dos professores entrevistados não souberam informar se as escolas em que trabalhavam eram inclusivas.

Professores, mesmo sem o conhecimento em Libras, foram autorizados a ensinar os alunos surdos. Existem poucas instituições escolares que possuem em seus quadros, professores habilitados para receber, ajudar e ensinar os alunos com necessidades educacionais e surdez.

As metodologias trabalhadas pelos professores nos processos de educação inclusivas de alunos surdos no ensino fundamental da rede pública na cidade de Parnaíba, estavam parcialmente adequadas, uma vez que alguns professores não tinham conhecimento em tais métodos para colocá-los em prática.

Desta forma, o trabalho mostrou que poucos professores estão preparados para atender as necessidades educacionais dos alunos surdos.

Portanto, se faz necessário a garantia aos alunos surdos e concernentes a suas famílias, um ensino de qualidade, a partir da inclusão de suas deficiências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Decreto de lei número 5.452 de 01 de maio de 1943.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

CAMARGO, G.; ÀVILA, L. **A interface da psicologia com a surdez: uma revisão sistemática.** Revista de Psicologia, v. 10, n. 2, p. 148 - 158, 1 jul. 2019.

CONCEIÇÃO, R.N. da; FRANCISCO, G. da S.A. M.; PONTES, R. **A formação de professores/pedagogos e as práticas inclusivas: o dilema do aluno surdo e a (não) inserção de libras no cotidiano escolar.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.7, p.73823-73834 jul. 2021.

FERREIRA, D.S. dos. **A lei de improbidade administrativa e a sua aplicabilidade aos agentes públicos.** Curso de Direito-UniEvangélica. 2018.

GIROTO, C.R.M.; CICILINO, J.; MUNHOZ, E.; POKER, R.B. **Pedagogia Bilíngue: dilemas e desafios na formação de professores.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 778-793, 2018.

LIMA, M. das V. de et al. **A Importância Da Ludicidade Para O Desenvolvimento De Habilidades E Competências Na Educação Infantil. Educação: práticas e vivências,** v. 166, p. 2021, 2021.

MACHADO, Lucyenne Matos da Costavieira; LOPES, Maura Corcini. **A Constituição de uma Educação Bilíngue e a Formação dos Professores de Surdos. Educação & Realidade,** v. 41, n. 3, p. 639-659, 2016.

MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E.M. **Vocabulário acessível e significado claro.** 2011. Disponível em: <http://metodologiacanimontes.blogspot.com.br>.

MARQUEZI, L. **Literatura surda: o processo da tradução e transcrição em Sing Writing.** Dissertação (Mestrado em Estudo de Tradução). Florianópolis: UFSC. 2018..

MAIA, M.F. **A nomeação de candidato aprovado em concurso público à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24,n.5685, 24 jan 2019.

MARCHESAN, Andressa. CARPENEDO, Rejane Fiepke. **Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência.** Revista Trama. Volume 17. Número 40. Ano 2021.

MEDEIROS, M.G.de. **Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor do atendimento educacional especializado e práticas pedagógicas para a promoção da inclusão do aluno surdo.** Patos-PB, 2021.

MENDONÇA, L.M.; CARVALHO, T.W.de; DOMINGUES, L.S.; FARIA, A.C.C. **A importância da libras como componente curricular na educação básica.** 2018.

MONTEIRO, Letícia Fernandes Alvarenga. **Oficinas interativas para o ensino de ciências para crianças e adolescentes surdos: conhecendo o corpo humano-** Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas)- Universidade Federal Fluminense, 2017.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Surdez e perda auditiva:** <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/deafness-and-hearing-loss>.

PACHECO, E. (Org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais.** São Paulo: Moderna, 2012.

PEREIRA, W. M. B. P., MENDES, G. M. L. M. (2018). **Práticas pedagógicas no ensino regular e atendimento educacional especializado: inclusão do aluno com deficiência intelectual.** IV COLBEDUCA e II CIEE 24 e 25 de Janeiro de 2018, Braga e Paredes de Coura, Portugal.

RENDERS, E. C. C.; OLIVEIRA, A. C. **Os desafios da abordagem bilíngue no espaço tempo escolar mediações sógnicas acessíveis para surdos.** Rev. Tempos Espaços Educ., V.13, n. 32, 2020.

RODRIGUES, M. de M.C.; GONZALEZ, D. **A contribuição da metodologia do professor no processo de ensino-aprendizagem em aluno com transtorno do espectro autista/adulto no “atelier estruturado” na cidade de João Pessoa/Paraíba: um estudo de caso.** Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad, v. 1, n. 4, p. 1-16, 2015.

ROSA, P.da; TORREL, E.H.; PASQUALINI, L. Z.; FREITAS, C.D.R. **Sobre interações entre estudantes surdos e ouvintes em classes inclusivas: o que dizem os professores?** Disponível em: <https://online.unisc.br>.

SANTOS, Carlos Alexandre Andrade dos. **As possibilidades de expressões da aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual: silêncio, tatuagem e comunicação.** 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, Katia; MODESTO, Adélia; FUKUI, Regina. **A importância do ensino de libras para crianças surdas na educação infantil.** 2019.

SOUZA, F.P.de. **A percepção dos docentes da rede municipal de ensino de Parnaíba, sobre a inserção da libras como disciplina.** Dissertação de Mestrado. Absolute Christian University (ACU). Orlando. Flórida – USA. 2021.

VASCONCELOS, P.A.F.P.de. **O impacto do Decreto-Lei 54/2018:** política e ambiente escolar e a formação específica dos professores na educação inclusiva.2019/2020.

VICENTE, I.L. **Experiências e formação inicial e continuada de professores, que ensinam matemática:** elaboração de recursos didáticos de números decimais para alunos surdos. Belém-Pará 2021.

VIEIRA, A.B; RAMOS, I; SIMÕES, R.D. **Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento:** atravessamentos nos currículos escolares. Educação e Pesquisa. V.44, p. 1-18, 2018.

YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública.** 2018.